



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

1 Aos 22 de abril do ano de dois mil e quinze, às dez horas, deu início a nona reunião  
2 ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Acau-Goiana. A servidora  
3 Marisol Pessanha iniciou a sessão dando as boas-vindas aos conselheiros e visitantes e  
4 apresentou o novo chefe e presidente do Conselho da Resex o Analista Ambiental Luis  
5 Wagner. O chefe assumiu os trabalhos da sessão solicitando a todos os conselheiros  
6 uma rodada de apresentações para que o mesmo pudesse conhecer a todos os presentes e  
7 suas representações. Após as apresentações o conselheiro e secretário, Sr. Jorge Ricardo  
8 Cavalcanti, fez a leitura da ATA da reunião anterior. Após a leitura e feita as correções  
9 necessárias deu início a uma discussão a respeito do formato de apresentação das ATAS  
10 do Conselho, foram feitas algumas sugestões e várias considerações e por fim ficou  
11 resolvido que as ATAS por uma questão de transparência do processo continuariam  
12 sendo gravadas e transcritas, e lidas na reunião seguinte, com algumas alterações de  
13 formato, como páginas e linhas numeradas. Dando seguimento a reunião o presidente  
14 do Conselho Luís Wagner, leu a Pauta. Durante a leitura da pauta a conselheira  
15 representante da comunidade de Acau, Sra. Nadiedja Silva Santos, pediu inclusão na  
16 pauta sobre uma determinada prisão de um pescador que havia ocorrido na comunidade.  
17 O Presidente assentiu na inclusão do tema e dando prosseguimento a pauta passou a  
18 palavra ao servidor Elivan que informou que na ação de fiscalização da andada do  
19 caranguejo, foi procurado por alguns pescadores da comunidade de Povoação São  
20 Lourenço a respeito da construção de caixas em alvenaria no portinho de São  
21 Lourenço, a conselheira Edjane explicou da necessidade das caixas serem de  
22 alvenaria, por segurança, proteção entre outros. Com tamanho padrão e que se o  
23 pescador não fosse mais utilizar a caixa, deveria repassar para outro pescador. Elivan  
24 reforçou que já existem onze caixas construídas e que só deveriam ser reformadas  
25 essas já existentes sem autorização para outras considerando que estas já contemplam os  
26 pescadores de São Lourenço. Algumas indagações se fizeram quanto a questão da  
27 legalidade dessas construções dentro da área da Unidade, o presidente do Conselho  
28 esclareceu que a modalidade Resex, permite a construção. Após algumas reflexões entre  
29 os conselheiros representantes dos pescadores, a conselheira Edjane solicitou a  
30 construção de uma caixa comunitária para as marisqueiras de São Lourenço. A  
31 conselheira representante da SUDEMA, Sra. Verônica Silva Santos, informou que por  
32 decisão de uma comissão federal de gerenciamento costeiro, junto ao projeto Orla, as  
33 caixas de todo o litoral brasileiro deverão seguir um único padrão. Que a mesma  
34 deverá entrar em contato com a coordenação nacional do projeto Orla Paraíba para que  
35 a mesma tenha um olhar específico para o caso das Resex. O secretário Jorge Ricardo,  
36 pediu definição acerca do encaminhamento, outras considerações foram feitas por  
37 vários conselheiros no sentido de se dar limites em número e no tamanho das caixas.  
38 O conselheiro Cosmo representante da CPRH, reafirmou a importância e a necessidade



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

39 dos pescadores terem locais que assegurem seus petrechos laborais e alertou que  
40 qualquer posicionamento a ser tomado pelo conselho, deverá estar ciente de possíveis  
41 mudanças por instâncias superiores, a despeito de estarem sendo criadas normas  
42 federais sobre o tema e que reitera a questão do número de caixas, layout e tamanho  
43 das mesmas. O representante da Fundarj, conselheiro Tarcisio Quinamo, questionou estar  
44 sendo criada uma norma única com padrões únicos para tratar de realidades distintas,  
45 que a pesca no Sul do país difere da pesca no Nordeste por exemplo. Questionou  
46 também com relação às cascas de marisco que se amontoam nas margens do rio após o  
47 processamento, que em diversas outras comunidades já se têm áreas de assoreamento do  
48 rio por conta do carreamento dessas cascas. A conselheira Severina de Povoação São  
49 Lourenço diz que as pessoas da própria comunidade utilizam as cascas na construção de  
50 piso das casas. A conselheira Verônica informou que foi feito levantamento de todos os  
51 tipos de embarcação utilizados no litoral Paraibano e que o estado está bem adiantado  
52 com relação a essa questão. A conselheira Darlanny Rocha representante da  
53 Superintendência do MPA/PE, questionou a respeito de dúvidas quanto a legalidade  
54 dessas construções sugerindo maiores informações do tema para a tomada de decisões. André  
55 Nogueira, representante da comunidade Baldo do Rio, defende a construção de uma  
56 caixa para as mulheres de povoação São Lourenço devido às precárias condições em  
57 que elas trabalham, que não se deve esperar estudos do governo pois não se garante que  
58 resolvam, e dá como exemplo as questões mal-acabadas do Bolsa Verde. O Sr. Severino,  
59 representante do Conselho Pastoral dos Pescadores, informou que as discussões feitas  
60 em Brasília a respeito de uma padronização de construções na beira mar, foi iniciada em  
61 2013 e que ficou definido em reunião com o SPU em Brasília era que o “TAUS” não  
62 será para as áreas de Resex, considerando que essas áreas já têm usufruto garantido. A  
63 conselheira Nadiedja, denuncia as diversas construções de bares e caixas sem  
64 autorizações na orla de Acau e reitera a necessidade de construção para as marisqueiras  
65 de São Lourenço. O conselheiro Fabiano, representante do CEPENE/ICMBio, pediu  
66 esclarecimentos a respeito do mérito da questão, se as caixas a serem construídas para  
67 as marisqueiras seriam por questões de segurança para seus petrechos ou para o  
68 beneficiamento do pescado. A conselheira Edjane respondeu que as marisqueiras já  
69 realizam o beneficiamento do pescado no local, mesmo sem caixa, a solicitação seria  
70 para a reforma em alvenaria das onze caixas de taipa que já existem no local e que são  
71 para a segurança dos petrechos dos pescadores e mais a construção de uma ou duas  
72 caixas em alvenaria para as marisqueiras que não tem nenhuma e que também  
73 precisam. O presidente do Conselho Luis Wagner, apresenta o capítulo do acordo de  
74 gestão da Resex Acau-Goiana onde fala sobre construções de caixas nas Unidades,  
75 concorda com os conselheiros que de que se pode criar um grupo de trabalho para  
76 aprofundar algumas questões sobre legislação acerca dessas construções porém



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

77 esclarece que dentro do ICMBio existe para esses casos específicos a autorização direta  
78 que é feita pela chefia da unidade com anuência do Conselho da Resex. O presidente do  
79 conselho questionou aos comunitários responsáveis indagou aos conselheiros a respeito  
80 de três propostas a serem votadas, a primeira se aprovam a reforma e construção das  
81 caixas, segunda se desaprovam e a terceira se formam um grupo de trabalho para  
82 aprofundar o tema. A plenária sugere que se esclareça alguns aspectos que ficaram por  
83 definir como tamanho das caixas, etc. Após intenso debate com diversas falas, a  
84 conselheira Mônica Rocha, representante da Caig, sugeriu a proposta de votar a  
85 reforma das caixas em alvenaria e mais a construção de duas caixas comunitárias  
86 para as marisqueiras e posteriormente os interessados na referida reforma apresentariam  
87 a Gestão da Resex o formulário com as características da construção contendo as  
88 dimensões, entre outras exigências. Foi posta em votação pelo presidente do conselho  
89 os seguintes encaminhamentos. Primeiro, aprovar a proposta sugerida pela conselheira  
90 Monica Rocha, reforma das onze caixas mais a construção de duas comunitárias para  
91 as marisqueiras com posterior entrega de formulário de solicitação de reforma com a  
92 descrição da referida reforma e construção. E a segunda desaprovam as referidas  
93 reformas e construção. Foi aprovada por unanimidade com 22 (vinte e dois votos) a  
94 proposta de reforma e construção das caixas. O professor Gilberto da UFPE se  
95 comprometeu em ir na comunidade de São Lourenço, juntamente com alguns alunos,  
96 para pensar e discutir com pescadores e pescadoras um modelo de caixa que fosse  
97 mais adequado as necessidades deles. O secretário Jorge Ricardo, lembra aos  
98 conselheiros que essa é a segunda reunião ordinária após o processo de reeleição e que a  
99 cada duas faltas consecutivas ou três alternadas sem justificativas, o conselheiro perderá  
100 o mandato conforme regimento interno. O presidente do Conselho prosseguiu a reunião  
101 com o próximo tema de pauta, o acordo de gestão, informou que o referido acordo foi  
102 enviado a Brasília e que houveram alguns poucos pontos a serem ajustados, sendo assim  
103 estão sendo trazidos e apresentados ao conselho para apreciação. O primeiro ponto é  
104 sobre o perfil dos beneficiários que está no primeiro capítulo do Acordo, segundo a  
105 coordenação de Populações Tradicionais em Brasília, o perfil de beneficiários deve  
106 seguir como documento a parte, em outro processo, esse grifado em amarelo, é o texto  
107 do perfil que ficará separado do Acordo, porém ambos farão parte do plano de manejo  
108 da Unidade. A primeira modificação proposta por BSB foi retirar o capítulo que trata do  
109 perfil de beneficiário do Acordo de Gestão. Os pontos seguintes tratam de citações  
110 erradas de legislação como por exemplo, as regras que falam da coleta do caranguejo  
111 ela não seria uma portaria do Ministério da Pesca e sim uma portaria do IBAMA, ou  
112 seja, apenas detalhes de texto, nada que altere a essência. No artigo 17 que fala da  
113 captura do caranguejo uçá por técnica de braceamento ou ratoeira, a Coordenação  
114 entende que esse trecho é proibido por Lei e por isso deve ser retirado do Acordo de



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

Gestão. Foi proposto ainda a retirada do artigo 25, onde fala do transporte de guaiamuns. Unificando os artigos 24 e 25 reunindo o caranguejo-uçá e o Guaiamum. A servidora Marisol Pessanha relembra que na ocasião da construção do Acordo de Gestão da Unidade foi trazido aos pescadores uma pesquisa realizada pela EMBRAPA que tratava sobre a questão das perdas ocorridas durante o transporte dos caranguejos e guaiamuns. A partir daí se deu a discussão e foi entendimento dos próprios pescadores a necessidade de criar uma norma de transporte que diminuísse essas perdas também na nossa região, pelo menos na Resex. E que as espécies estão separadas nos artigos 24 e 25 porque a Portaria que determina o transporte para essas espécies determina que o animal esteja solto nas caixas de transporte cobertos por espuma umedecida. No nosso caso os pescadores entenderam que pelo menos as garras maiores deveriam estar presas para evitar acidentes na hora do manuseio. Esse foi o entendimento dos pescadores por isso os artigos separados. O conselheiro Fabiano levanta a discussão a respeito da portaria 445/14 do MMA onde lista as espécies ameaçadas e onde está proibida a captura de goiamuns. O Sr. Severino informa que a CPP vem acompanhando e participando das diversas discussões sobre essa portaria, mas que a mesma diz que nos casos das RESEX e RDS os Planos de manejo das Unidades e o ICMBio é que irão definir o uso das espécies constantes na Portaria em suas áreas. A Conselheira Laurineide, complementando a fala do Sr. Severino, informa que já existe um grupo de trabalho fazendo uma revisão dessa portaria principalmente com relação ao goiamum, que a CPP já sinalizou que essa é uma espécie fundamental para a sobrevivência de muitas famílias de pescadores e que provavelmente haja mudanças. A professora Solange da UPE, chama atenção a respeito do capítulo do Acordo de Gestão que fala sobre as construções de caixaras na Unidade, em seu texto diz “ Fica proibida novas construções de caixaras ... sem a expressa autorização do ICMBio através da chefia da Unidade e do conhecimento do conselho” questiona porque apenas o conhecimento do conselho quando o mesmo é deliberativo, e assim sendo de nada teria valido toda a discussão realizada a cerca daquele assunto. Também ressaltou a questão das coordenadas geográficas, a exemplo do artigo 20, acreditando haver coordenadas repetidas, para que fossem feitas as correções, além de que quando se delimita área é necessário dois paralelos e dois meridianos e tem casos em que há três pontos e com coordenadas repetidas, pede atenção para ser feita a correção. O conselheiro Fabiano faz menção ao artigo que fala das embarcações lagosteiros, que o mesmo deveria constar no capítulo de Crustáceos e não no de Pesca de peixes como está constando. O conselheiro Antônio representante da comunidade de Acau, questionou o porquê de não poder lavar o convés e a casa de máquinas dos barcos lagosteiros na área da Resex, após algumas argumentações tanto dos servidores da Resex acerca da construção do Acordo nas comunidades, quanto do chefe da Unidade, e relembra que houveram as motivações e



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA  
RESEX ACAU-GOIANA**

justificativas necessárias para a construção dos artigos constantes nesse Acordo. O presidente do conselho questiona a plenária quanto à retirada do capítulo que trata do perfil do beneficiário do Acordo de Gestão, e as demais alterações que foram tratadas aqui e que estão expostas no quadro grifadas em verde. O conselheiro Maurício Bandeira representante da Lafarge pede um aparte, e expõe que trouxe um documento da empresa que trata de um determinado artigo que fala do impedimento de atividades de mineração no entorno imediato de cem metros da Unidade, sendo assim lê o documento para a Plenária e o repassa a chefia da Resex. O chefe recebe e se compromete em levar ao jurídico do ICMBio e se não houver suporte jurídico que ampare o texto em questão o artigo será retirado do Acordo de Gestão. Dando encaminhamento ao processo de aprovação ou não das alterações. Posto em votação: Aprovada as alterações com 18 votos a favor, 2 votos contrários e 2 abstenções. Fica registrado que o conselheiro André Figueiredo, representante da BRAMEX, solicita que sejam seguidos os horários previstos das reuniões, com início, intervalo, horário de almoço e término das reuniões. Que os horários não estão sendo cumpridos e isso é muito desgastante para os conselheiros que ainda precisam retornar para outros compromissos em seus locais de trabalho. O presidente do conselho se compromete a cumprir os horários na medida do possível e dá prosseguimento ao próximo ponto de pauta, que é a apresentação do Perfil do Beneficiários aos conselheiros para que conste na ATA, pois trata-se de uma exigência da coordenação de Populações Tradicionais, para preenchimento de um rito formal do ICMBio. Apesar do Perfil do beneficiário da Resex Acau-Goiana já ter sido aprovado pelo conselho em 2013, não ficou escrito o texto na ATA da reunião de aprovação, nem na resolução que o institui. a coordenação alegou que isso não ficou explícito, que tanto na ATA quanto na resolução deveria constar o texto destacado. Assim na próxima reunião com a aprovação desta ATA passará a ser oficial revalidando a aprovação. Passa a ser lido pelo presidente do conselho o Perfil do beneficiário da Resex Acau-Goiana. “ **PERFIL DO BENEFICIÁRIO DA RESEX ACAU-GOIANA**” **DOS CONCEITOS :** Para fins desse acordo entende-se por: 1. Perfil do beneficiário; é a descrição das características que identificam uma população tradicional de uma unidade de conservação e servem de parâmetros para a definição de quais famílias são beneficiárias. 2. Beneficiários da Resex Acau-Goiana; Ser pescador e ou trabalhar no apoio a pesca. 3. Apoio a pesca; o artesão(a), carpinteiro(a) que fabrica ou conserta as embarcações utilizadas pelos pescadores(as), assim como aquele(a) que confecciona as redes de pesca e/ou os petrechos de pesca em geral e que sejam moradores(as) da comunidade, as mulheres beneficiadoras do pescado, também o atravessador(a), intermediário(a) ou pombeiro(a) que seja pescador(a) e morador(a) na comunidade em que atua e com raiz na pesca. 4. Comunidades





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA  
RESEX ACAU-GOIANA**

beneficiárias; as comunidades constantes no Decreto de Criação da Resex Acau-Goiana, que são: São Lourenço; Carne de Vaca; Tejucupapo; Baldo do Rio; Caaporã e Acau. 5. Usuário Eventual; morador da comunidade beneficiária que esporadicamente utiliza os recursos do manguezal exclusivamente para saciar a fome. 6. Ter Raiz na pesca – Pescador ou pescadora que tenha sua história ligada à pesca, seja como filho de pescadores, netos ou que tenham iniciado a atividade em idade jovem. **DOS BENEFICIÁRIOS:** Art. 1- São beneficiários da Resex Acau-Goiana os pescadores e pescadoras e seus descendentes que desde 2007 residem nas comunidades beneficiárias e praticam a atividade de pesca na região. Art. 2- A pesca na Resex Acau-Goiana é definida nos rios Goiana e Megaó seus estuários e na área de mar da Unidade, Assim como toda atividade de extrativismo na área de manguezal da Resex. Art.3 – Não será permitida a entrada de novos beneficiários que não tenham relação com a Resex antes do ano de 2007, ano de sua criação, ou sem comprovação de pertencer a comunidade beneficiária e/ou sem raiz na pesca. Art. 4 – Somente os beneficiários poderão pescar comercialmente na área da Resex Acau-Goiana. **DA DEPENDÊNCIA DA PESCA.** Art.5 – Serão considerados dependentes da pesca os pescadores e pescadoras que se utilizam dessa atividade como única fonte de renda. Art. 6 - Os pescadores e pescadoras que durante um período do ano desenvolvem atividades no campo, principalmente nas usinas de cana-de-açúcar, que serão chamados pescadores sazonal ou safrista. Art 7- Os pescadores e pescadoras que tem a pesca como atividade principal, porém complementa a renda com outras atividades, inclusive a agricultura familiar. Art.8 - Não se enquadram no Perfil de Beneficiários da Reserva Extrativista Acau-Goiana, os pescadores e pescadoras que não morem nas comunidades da Resex, conforme os critérios acima especificados ou que tenham outras atividades como fonte principal de renda. Após a Leitura do texto do perfil do beneficiário, o presidente do conselho solicitou a plenária que quem tivesse alguma objeção se pronunciasse. Posto em votação a aprovação do referido Perfil e aprovado por Unanimidade pelo conselho deliberativo da Resex Acau-Goiana. O presidente declara aprovado o Perfil do Beneficiário da Resex Acau-Goiana e passa para o próximo ponto de pauta, poluição do rio goiana, informou que no dia vinte e sete de março após um período de muita chuva, foi avistado um caminhão “limpa fossas”, em tempo, que em fevereiro a empresa Klabin relatou um acidente lançando um comunicado a CPRH que havia acontecido na empresa, onde uma máquina nova, ao ser iniciada, houve um equívoco de mensuração fugindo ao controle e havendo um vazamento de fibra-celulose com efluente e que com, as chuvas que ocorreram no período, essa fibra foi carregada através dos canais e acabou atingindo o curso natural e a calha do rio Goiana e em direção a Resex, e se constatou não só pela equipe da Resex mas também através de relatos dos moradores de



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

229 Baldo do Rio. O secretário Jorge Ricardo diz que o canal do rio goiana é na verdade o  
230 rio Capibaribe-Mirim trazendo uma discussão acerca dos limites entre um e outro rio.  
231 Para não se ater a nomenclatura o presidente do conselho continuou seu relato onde  
232 mostrou em fotos o padrão da água no dia vinte e sete e que a empresa havia alegado  
233 que os esgotos e outros efluentes também contribuíam para o aspecto apresentado pela  
234 água, na vistoria realizada na empresa, foi mostrado em fotos o mesmo aspecto da água  
235 verificado no canal de drenagem da empresa e nas lagoas de estabilização, uma água  
236 muito escura e com odor fétido. No intuito de confrontar os padrões de água verificados  
237 foram visitados outros cursos d'água da região, observando outro padrão de água, bem  
238 mais límpida e totalmente sem odor, sido feito a partir daí um laudo de constatação.  
239 Posteriormente a equipe da Resex foi recebida pela empresa Klabim e foi feita uma  
240 vistoria nas dependências da fábrica e em todo o entorno, e estação de tratamento da  
241 empresa, inclusive refazendo o percurso que a água teria percorrido no dia do acidente.  
242 Três dias depois, juntamente com os conselheiros André e Gilmarcos de Baldo do Rio,  
243 foi feito o percurso de barco com a intenção de chegar até o ponto onde a água perdesse  
244 aquelas características de cor e odor. Foi possível constatar que as águas com aquelas  
245 características chegavam a aproximadamente uns 2.200 metros depois da comunidade  
246 de Baldo do rio e como a maré ainda estava alta, certamente ela desceria ainda mais.  
247 Então ficou comprovado que aquele acidente atingiu a Resex, tivemos reunião com a  
248 empresa, tivemos reunião com a CPRH, que nos informou que foi feito um Auto de  
249 infração contra a Klabim que gerou uma multa de R\$ 100.000,00(cem mil reais). A  
250 gestão da Resex Acau-Goiana, por questões legais optou por utilizar o enquadramento  
251 de causar danos a Unidades de Conservação, e que os relatórios gerados serão  
252 encaminhados a CPRH e ao Ministério Público, esclareceu os critérios usados nos  
253 artigos da Lei ambiental que tratam de multas abertas e como devem ser feitas as  
254 dosimetrias etc. O servidor da Resex, Elivan Arantes, apresentou uma imagem do  
255 Google Earth da área onde a empresa faz a captação de água, de onde ocorreu o  
256 acidente e o percurso que os efluentes da empresa percorreram até chegar na calha do  
257 rio Goiana. A representante da empresa Klabim, Sra. Amanda, foi questionada pelo  
258 conselheiro Jorge Ricardo se a empresa possuía outorga de lançamento de efluentes, a  
259 mesma respondeu que era informado a CPRH onde era feito o lançamento, que o  
260 mesmo se dava no solo em terreno da Klabim e que os efluentes carream por um  
261 canal, que a empresa não considerava como um rio, apenas um canal, que o pedido de  
262 lançamento feito a CPRH foi transferido para a ANA, que a solicitação havia sido feita  
263 no ano passado, que inclusive a CPRH não iria mais outorgar para captação de água,  
264 que a última outorga da empresa é com validade até 2018 e as próximas serão emitidas  
265 pela ANA porque o Capibaribe-Mirim está sendo considerado federal e toda solicitação  
266 deverá ser encaminhada para a ANA. A conselheira Verônica Silva, da SUDEMA,



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

questionou a Sra. Amanda, se o canal ao qual ela se referiu era um canal fluvial, considerando que pela legislação não poderia receber nada de efluentes tratados. Sra. Amanda respondeu que o lançamento dos efluentes não se dão no canal fluvial da empresa, trata-se de um curso natural que as águas fizeram ao longo dos tempos e que eles chamam de canal. O conselheiro André Nogueira, de Baldo do rio, informou que durante o período logo após o acidente da Klabin, a água preta ficou represada na calha do rio e toda chuva forte levava as águas para dentro da Resex matando os peixes, que até o estuário sentiu as consequências com mortandade de peixes, que a pescaria da semana da quaresma ficou prejudicada e os pescadores que sofreram as consequências, que todo ano a comunidade sofre com o derramamento de calda da Usina, despejos das indústrias e nada é feito, que agora com criação da Resex os pescadores querem que as providências sejam tomadas já que nos próximos cinco anos quando estiverem todas as indústrias instaladas como é que vai ficar a Resex e os pescadores. O conselheiro Jorge Ricardo informa que como membro do Comitê de bacia do rio Goiana, vai levar o caso da Klabin ao referido comitê. O conselheiro Marcelo, representante da Prefeitura de Goiana, esclarece que foi informado do ocorrido em fevereiro e que ao entrar em contato com a empresa a mesma notificou o acidente com o início do uso do novo equipamento, mas que já estavam providenciando inclusive uma reunião com a comunidade. Que após quinze dias o conselheiro André Nogueira veio informar que a água estava preta e muito fétida, foi então feita uma denúncia a ouvidoria da CPRH, que compareceu dois dias depois, não sabendo dizer se a equipe da CPRH havia feito coleta da água para análise, que a CPRH não respondeu à denúncia feita pela secretaria de Pesca, Agricultura e Meio Ambiente, que depois de mais quinze dias aproximadamente, ocorreu outro problema desse tipo, com grande mortandade de peixes, foi então reiterado o ofício solicitando providências, que para sua surpresa ele lê o relatório da CPRH onde diz que a água não apresentava coloração nem odor diferentes nem mortalidade de peixes. Que se todos da comunidade, o ICMBio e a própria empresa já haviam constatado, questiona como vai ficar a comunidade, considerando que foi a maior prejudicada, e que a Klabin que deve ter bons advogados certamente se livrará da multa se considerar o relatório da CPRH. Questiona ainda se o ICMBio teria condições de mover uma ação onde a Klabin restituísse a comunidade, se pelo menos esse dinheiro fosse retornar para a comunidade resolvendo o problema, mas que infelizmente se sabe que não vai retornar e que só Deus sabe o que é feito desse dinheiro. A conselheira Ângela da comunidade de Baldo do rio, declarou estar muito revoltada, que por ser moradora daquela comunidade foi obrigada a aguentar durante três meses com uma mãe de 78 anos que já teve um AVC e tirou um rim, tendo que suportar o mau cheiro das águas, tendo que pedir aos vizinhos ajuda para comprar leite para sua mãe, pois os velhos e as crianças estavam precisando de leite, vendo os pescadores e as crianças com





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

uma coceira muito grande que pegaram da água, que a safra de camarão não vai ter, que pela quaresma os pescadores só comeram peixe por que um vereador da cidade fez doação para os moradores, e que vários pescadores estão comendo ovo ou mesmo puro por não poderem pescar e a CPRH vem dizer que não teve nada, que não é só a Klabin, a Santa Tereza também vem soltando calda no rio, que desceu de barco no rio e até em Barreira Grande tinha peixe morto. Que os pescadores foram ao promotor e o mesmo sequer quis ouvi-los, que mandou o secretário ouvir os pescadores e que até hoje não deu nenhuma resposta. E que a CPRH não passou esses três meses na beira do rio sentindo o mau cheiro e ainda vem dizer que são os esgotos, agora que estão vendo os esgotos, fazem mais de quarenta anos que todos os esgotos da cidade descem para o rio e só agora que vem feder. **“Eu estou revoltada e isso é uma vergonha”**. A conselheira Laurineide, representante da CPP, diz que o Conselho Pastoral dos Pescadores possui documentos que comprovam que a antiga Ponza (hoje Klabin), vem praticando esse tipo de crime ambiental desde os anos 70, que a CPP possui esses arquivos, que quer que fique claro a todos que a CPRH tem essa magia de transformar em diferente o que todos estão vendo, o que está sendo vivido pelas comunidades, dizer que não tinha cor nem odor a água do rio, se for ver o histórico da CPRH poderão constatar que ela possui essa magia. Infelizmente isso só desmoraliza o órgão. Que no blog de Anderson Pereira tem filmagens da mortalidade dos peixes, da cor da água onde todos viram. Que sua indignação se dá por saber que essa questão tem a ver com a sustentabilidade da Resex. Ou se tem mecanismos para se dar um basta nisso que já vem há muitos anos, ou os pescadores terão de mudar de profissão por não haver mais peixes nem os ambientes e a tradicionalidade da pesca. O conselheiro Representante da CPRH, Cosmo, pediu a fala para um posicionamento enquanto analista daquele órgão, que atua na APA de Santa Cruz, que no passado era o IBAMA o órgão responsável por essas ações e que há algum tempo é a CPRH, que tomou conhecimento do evento e repassou para o setor competente, que não conhece a equipe que atendeu a denúncia, mas que acredita que por falta de condições de trabalho a equipe não tenha feito as análises necessárias. A CPRH tem dificuldades técnicas e instrumentais, e talvez por falta de equipamentos os técnicos que foram a campo não tiveram condições de proceder as análises necessárias. Que se faz necessário o monitoramento, e que a Lei Estadual nº 1449, prevê a conversão da multa de empresas para benefício de Unidades de Conservação. O conselheiro Tarcísio Quinamo, da Fundaj, informou que no dia quatro de março, Já passado muitos dias do acidente, ele estava fazendo uma atividade de campo na área da Resex, embarcado, e observou que a coloração da água estava muito escura e com um odor muito forte, e que esse fato nos serve de alerta e reflexão para criar um mecanismo de controle com critérios de vigilância e fiscalização, que hoje a Resex não tem nenhuma estrutura mas que necessita ser criada, junto as universidades, a laboratórios



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

de análises, que não pode depender da CPRH, que a prática tem demonstrado que não tem funcionado e o que os conselheiros e a Resex podem estar fazendo para criar essa estrutura de vigilância e de monitoramento, outra coisa é a reparação do dano ambiental, reparação com relação a situação do pescador, inclusive questões de saúde, e como o conselho pode estar atuando para garantir estas questões. O Sr. Lenildo da comunidade de São Lourenço, diz que de fato a CPRH deixa muito a desejar, que se surpreendeu ao ver o representante da CPRH na reunião, foi feita denúncia a CPRH a respeito do uso de veneno nas canas em áreas de nascentes, locais onde a população da comunidade utiliza a água para se alimentar, foi o pessoal da CPRH e o gerente da usina e eles disseram não eram nascentes e que tudo corria para o mar. O representante da CPRH disse que a usina tinha que tirar toda a cana de volta das nascentes e as canas estão lá até hoje e que tem cana até junto da Resex. A representante da Klabin, sra. Amanda informou ao ICMBio, Sr André que não chegavam reclamações de derrames da Klabin nos últimos 9 anos, desde que está na empresa. Houve o “start” de uma máquina nova, e a Klabin considera acidental o derrame de efluentes, que houve um problema operacional, que quem tiver interesse eles podem apresentar as justificativas da empresa, que foi grande e não tiveram condições de limpar em 24 horas, que montaram um plano para retirada da fibra de papel que apodrece rapidamente em contato com a água, o que foi para o canal, foi fibra e água, não foi tratado; explicou para Jorge (COBH Goiana). “Imagine se nós estivéssemos praticando isso há 40 anos o canal estaria totalmente apodrecido, e não estaria com odor tão forte como vocês falam que está desde janeiro”, reiterou que a Klabin realmente considera um acidente. Que o Sr. André foi vistoriar a fábrica e deram uma semana para limpar tudo. Que só considera limpo, quando retirar tudo do canal. Que quando foram lá o canal estava baixo e com lodo, que o compromisso da Klabin é retirar tudo e que isso foi dito na reunião com os pescadores, com o órgão fiscalizador, em todas as visitas dos que foram lá, que mostraram tecnicamente o que ocorreu e tem que mitigar, o acidente acionou a gerência de meio ambiente onde ela trabalha, acionou a diretoria para que acidentes como esse não mais ocorra e que o desague possa ocorrer o desague tratado e não bruto, como tem ocorrido historicamente e registrado pelo CPRH, embora vocês não acreditem. Que a Klabin tem esse compromisso de só descartar seus efluentes tratados, que a empresa reutiliza noventa por cento dos rejeitos de produção, que hoje à tarde estará com o gerente de meio ambiente da CPRH, que inicialmente a Klabin havia apresentado uma ação de curto prazo, que era a retirada de todo o sobrenadante, as plantas do local que retinham o material, se forem no local hoje verão que a água já está com a cor barrenta, voltando ao normal, que pode protocolar junto ao ICMBio tudo o que a Klabin está fazendo para garantir que não chegue mais esse efluente no canal, que a Klabin é certificada no ISO 14.000 e isso é muito importante para a empresa, é uma certificação



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

381 ambiental onde a auditoria pede parâmetros, relatórios e nós temos como comprovar  
382 tudo isso porque temos a eficiência do tratamento, que a Klabin tem equipamentos para  
383 fazer as análises e é feita as análises internas e externas, que disponibilizou ao ICMBio  
384 que poderiam fazer as análises e os comparativos com os da empresa tanto de entrada  
385 como de saída de efluentes. Que o auto da CPRH não chegou para a Klabin, e que a  
386 corporação se coloca à disposição e que como tem responsabilidade socioambiental  
387 estará tomando as providências. A servidora da Resex Inês Serrano, informa que a  
388 Resex já está conversando com profissionais da Universidade Federal de Pernambuco e  
389 Universidade Federal Rural de Pernambuco que trabalham com análise físico-química  
390 de água e alguns grupos animais que são bio-indicadores (crustáceos, moluscos e  
391 peixes), inclusive com a perita credenciada pelo ministério público federal, a Dra.  
392 Andréia Alice Fonseca, da UFRPE e já se dispôs a nos ajudar nas análises, que já está  
393 sendo construído com alguns pesquisadores dessas Universidades uma estratégia para  
394 atender as emergências, um plano básico mínimo de emergência com coleta e análises, e  
395 um trabalho de monitoramento de curto, médio e longo prazo, que foi feito contato com  
396 laboratórios de análises de contaminantes de metais pesados, que a Resex ouviu relatos  
397 dos moradores e pescadores das seis comunidades beneficiárias da Resex sobre o  
398 ocorrido e que caso haja alguma outra ocorrência já existem os procedimentos básicos e  
399 os contatos com os pesquisadores, assim como os tramites legais junto ao ICMBio para  
400 que tenhamos uma licença do SISBIO para o envio de amostras e pesquisas com  
401 dosagens de contaminantes nos diversos grupos animais que formam as cadeias tróficas,  
402 principalmente os grupos animais que são mais extraídos e consumidos na RESEX. No  
403 relatório final uma das considerações é essa e outras que serão incluídas e encaminhadas  
404 à CPRH e aos membros do conselho da RESEX. Articulações com a UPE, através da  
405 Profa Solange, para trabalhar em conjunto nessa proposta, conversamos com a Klabin,  
406 que um projeto como esse tem custos e precisa ser feito, já que não temos uma linha de  
407 base anterior para avaliar os impactos, medir os efeitos de curto à longo prazo sobre a  
408 fauna e sobre as comunidades beneficiárias que fazem uso desses recursos. A  
409 conselheira Darlane do MPA, fala da importância de se levar para a Klabin, não só uma  
410 proposta técnica, mas voltada para o social, “como a empresa vai agir em relação aos  
411 transtornos causados às comunidades de pescadores?”, pois muitos não têm tempo, nem  
412 condições de entrar na justiça em busca dos seus direitos, mas já que a empresa está  
413 aqui ouvindo, que seja encaminhada uma proposta pois os impactos são graves.  
414 Comentou sobre o CPRH, que já trabalhou nesse órgão a um ano atrás, que a agência  
415 possui três funções: licenciamento, fiscalização e monitoramento e mal tem condições  
416 de fiscalizar, e não dá para contar com este órgão numa situação como essa, que há no  
417 relatório cinco ou seis denúncias para que a CPRH se manifeste e venha a ser atendido,  
418 nunca é atendido no prazo e o resultado não é satisfatório, é um caminho que não temos



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

419 como percorrer; a medida imediata foi feita mas nenhuma ação dura sem recurso,  
420 projetos precisam de dinheiro, que deve-se trabalhar a curto prazo junto à prefeitura,  
421 mas à longo prazo buscando recursos no Ministério do Meio Ambiente, que deve ter  
422 recursos para isto, que a questão de poluição é frequente, recorrente, sempre se fala, que  
423 é necessário ter um projeto para buscar recursos onde quer que seja, sem dinheiro, na  
424 base da amizade não funciona. O conselheiro André Nogueira, da comunidade de Baldo  
425 do Rio, questiona como a empresa vai fazer uma bacia de decantação. Disse que estava  
426 instalando vários equipamentos, mas pelo que foi visto ela não tem condições de fazer o  
427 tratamento da água e do papel suficiente. A partir do momento que foi instalado e  
428 aconteceu o acidente ele foi no local e viu que estava correndo a céu aberto um  
429 “mingau” de papel quente, que vive aqui desde pequeno e seus pais já falavam de  
430 poluição frequente por essa indústria de papel, de lá para cá, melhorou um pouquinho,  
431 mas continua poluindo. O conselheiro Marcelo da prefeitura de Goiana diz que é desejo  
432 dessa gestão em transformar a secretaria que hoje é de pesca agricultura e meio  
433 ambiente em uma agência de meio ambiente para que pudesse fiscalizar e licenciar, mas  
434 esse é um processo que tem várias etapas para se alcançar e nessa questão das análises  
435 laboratoriais acho que deveria fazer aqui alguns encaminhamentos, porque através de  
436 convênios com a UFPE se poderia conseguir algumas análises, porque com relação a  
437 transporte ficaria mais fácil conseguir com a prefeitura. Marcelo, da secretaria de meio  
438 ambiente, agricultura e pesca de Goiana, falou sobre a vontade do prefeito de  
439 transformar a secretaria numa agência municipal, para licenciar, fiscalizar meio  
440 ambiente à médio prazo que o processo lento e várias etapas a considerar, como questão  
441 de encaminhamento, se tivesse um convênio com a Universidade Federal de  
442 Pernambuco, para as análises da qualidade de água e que é mais fácil o transporte para  
443 levar material pela prefeitura, O presidente do conselho, Luís Wagner, disse que há um  
444 convênio guarda-chuva com a UFPE, e que está tentando se utilizar desse acordo para  
445 desenvolver projeto de monitoramento, que foram retomadas conversas com o Instituto  
446 Federal da Paraíba para retomar análises existentes, para atender inclusive projetos com  
447 alunos de graduação. A conselheira Verônica, da SUDEMA, explicou que se o auto foi  
448 lavrado pelo órgão estadual no caso a CPRH, este possui seus regulamentos para uso do  
449 dinheiro de multas, existe o fundo estadual de meio ambiente, se é caixa preta ou não,  
450 existe e diz o que pode ser feito para reparação dos danos, se o município licenciou, ele  
451 vai dizer como deve ser gasto, aplicando o dinheiro das multas. O Conselheiro Fabiano,  
452 do CEPENE, comentou sobre análises e monitoramento participativo a longo prazo, que  
453 é estratégico, mas é importante treinar as comunidades para a coleta de amostras de  
454 água, com kits para uso na hora, na emergência, que essa seria uma medida mais real. O  
455 conselheiro Cosmo, da CPRH, em seguida comentou que a obrigação de reparar o dano  
456 é de quem o causou, independente de pagar a multa ou sofrer embargo, que a multa não



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

serve para reparar dano, é outro instrumento, que em 2013 a Usina Santa Tereza foi multada e se comprometeu de fazer recuperação de APPs mandou um mapa com calendário que já foi apresentado em plenária e foi tratado pelo setor de competência do CPRH. A Profa Solange da UPE disse que temos que ser mais objetivos, o que é prioridade e sair com um encaminhamento, o que vamos fazer, não só para a emergência, é inaceitável o CPRH não ter feito uma coleta de água após o acidente da Klabin, tem que haver um monitoramento de longo prazo, há uma grande quantidade de industriais instaladas e a se instalar na região. Disse que esteve numa reunião na SEMAS, e o secretário executivo falou que há muito dinheiro de compensação ambiental que pode e deve ser utilizado nas unidades de conservação, só falta projeto, que os municípios devem formar conselhos para aplicação dos recursos desse fundo. O conselheiro representante do Instituto Federal da Paraíba, Maurício Camargo, falou do maior entrave que é o monitoramento de efluentes e possíveis resíduos, dos contatos com laboratórios, definição de recursos estratégicos, que os fenômenos naturais também podem impactar o ambiente, como na Amazônia pela grande quantidade de matéria orgânica na água, inversão térmica das águas pode ser um veneno para peixes, que é importante avaliar esses aspectos e outros tipos de poluentes que podem ser um fator de contaminação ambiental. Seguindo nos encaminhamentos, A conselheira Darlane do MPA, propôs ao conselho que quando se aplicar uma multa, em detectando crime ambiental que é tratado na esfera administrativa, mas é um processo moroso, citando o CPRH como exemplo, para agilizar, um encaminhamento seria o conselho da RESEX entrar com uma ação no Ministério Público, para punir civil e criminalmente a empresa. Elivan Arantes, da RESEX, comentou que os dois órgãos estaduais de meio ambiente SUDEMA e CPRH, tem acentos no conselho da RESEX. Que a CPRH trabalha o monitoramento permanente das bacias do litoral norte, onde estão esses dados? São públicos, estão on line? O CPRH tem a obrigação de trazer essas informações para o conselho, botar para fora essa caixa preta. O conselheiro Cosme, da CPRH, sugeriu que o conselho encaminhe ao CPRH, um relatório das vistorias realizadas na área do acidente da Klabin, sobre resultados das vistorias, outra sugestão foi baseada no que a APA de Santa Cruz está fazendo, o monitoramento dos empreendimentos na área da APA, suas licenças de operação, sistematicamente visitando as empresas para checar se as exigências das licenças estão sendo cumpridas, pois o CPRH tem um setor de monitoramento, mas que não funciona, sugeriu que o conselho possa fazer o mesmo na RESEX. A conselheira Laurineide, da CPP, propôs que o conselho deve acionar a empresa Klabin juridicamente. A RESEX está rodeada de empreendimentos como a HEMOBRAS, Vidros planos, que vão causar impactos diretos à RESEX e como o ICMBio e o CPRH vão ter condições de monitorar essas áreas. A sugestão é de fazer o mapeamento dos recursos naturais na área porque já existe muita coisa pronta por conta





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

dos impactos que vem por aí, que o CPRH só deve licenciar o que pode monitorar, não tem pernas para fiscalizar essas empresas. O Prof. Gilberto, da UFPE, comentou que há um aluno de mestrado do PRODEMA que está fazendo uma análise do crescimento sócio econômico dessa região, que o Professor Ivan Melo, da UFPE, fez um trabalho sobre isso na mata sul nos últimos 30 anos, no estado de Pernambuco, na região de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, com resultados importantes e ficou de disponibilizar esse trabalho para o conselho da RESEX, para se ter maior clareza do que está acontecendo e pode acontecer na mata norte. Em seguida, o conselheiro Marcelo, da Prefeitura de Goiana, falou sobre o fundo estadual de meio ambiente, que tem muito recurso, e falta projeto, que viesse alguém da CPRH para falar sobre esse fundo. O presidente do conselho, Luís Wagner, disse que foram feitas reuniões com os pescadores de Baldo do Rio, explicando situações complexas desde processos de autuações e multas, sobre as três vias, a via administrativa automaticamente gera um processo criminal junto ao Ministério Público, que a Resex vai gerar uma multa para a Klabin assim que concluído o relatório. A RESEX esteve em reunião com o Ministério Público em Recife para tratar dos novos licenciamentos de empreendimentos, mas também foi abordado o problema da poluição pelo derrame da Klabin, os procuradores estão sensibilizados com o que está acontecendo no Rio Goiana. Pescadores de Baldo do Rio, através da Colônia estão pensando em entrar com processo civil contra a Klabin; o conselho enquanto grupo deve apoiar essa iniciativa. Já o ICMBio, os relatórios elaborados pela RESEX serão encaminhados para a CPRH e Ministério Público Federal, a multa do CPRH de R\$ 100.000,00 foi aplicada pela constatação de dano naquele período do derrame, que o ICMBio, mesmo sendo um acidente, porém dada a extensão do dano, vai autuar a empresa por danos à Unidade de Conservação. Comunicamos semana passada ao Diretor de Controle de Poluição da CPRH, que nos informou que havia uma equipe na área da Klabin fazendo vistoria e que um novo relatório seria elaborado e talvez outras medidas fossem tomadas. De qualquer forma, o ICMBio vai enviar um relatório a CPRH, informando que o dano foi maior do que a punição aplicada, quanto mais frentes gerarem documentos a CPRH sobre o acidente melhor. A conselheira Darlane, do MPA, falando como cidadã, sugeriu que pescadores se deslocassem em massa à sede da CPRH, trancassem as entradas e saídas como forma de pressionar o diretor e presidente para que os recebessem e ouvissem os seus pleitos. O presidente do conselho, Luís Wagner, continuou sua fala sobre a visita técnica realizada pela equipe da RESEX à Fábrica Klabin onde foi vistoriada a área interna atendendo às normas e os padrões da ISO 14001, mas na área externa o mesmo não foi observado. Instalaram uma nova máquina para produção de papel reciclado, receberam licença de operação dessa máquina nova, sem nenhuma exigência do órgão ambiental, a estação de tratamento de efluentes antiga, mas segundo eles com capacidade



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

superdimensionada na época, para tratar o volume de efluentes oriundos da fabricação do papel. Que a impressão é que a estação de tratamento de efluentes não é suficiente, que não tem capacidade para tratar o volume atual da produção. Que ele vislumbra a possibilidade do Ministério Público designar um perito para fazer uma análise daquela Estação de Tratamento de Efluentes, da capacidade de carga e operação, que a lagoa de contenção parece estar no limite da sua capacidade de armazenar efluentes, apresentando estes, a mesma cor e odor da água do Rio Goiana à época do acidente. Que segundo a Klabin, essa água está dentro dos padrões estabelecidos pela legislação para descarte no rio. Que é necessário trabalhar nessa frente junto ao comitê de bacias, pois o Rio Goiana é classificado como classe 2 (segundo a resolução CONAMA 357/05) e prevê pesca amadora, mas os pescadores são profissionais, dessa forma deveria ser enquadrada como classe 1. O conselheiro e secretário Jorge Ricardo, representante do Comitê de Bacia, falou que o conselho pode solicitar o enquadramento do Rio Goiana na classe 2. O conselheiro Tarcísio, da FUNDAJ, questionou se no caso da análise da ETE da Klabin, for constatada que não comporta o volume de efluentes, que não tem capacidade de tratamento desses efluentes, “onde fica a responsabilidade do órgão ambiental licenciador da atividade?” Os servidores da RESEX, informaram que esta é outra via que pode ser acionada, inclusive para embargar ou suspender a atividade da empresa, dependendo do que for constatado. A conselheira Verônica, da SUDEMA, colocou que a Lei complementar 140/11, limita o papel do ICMBio no licenciamento para embargar o empreendimento. Se a empresa tem ISO 14001 e tem autuação do órgão ambiental, um bom auditor não renova a licença de operação, que é necessário revisar os parâmetros que concederam essa certificação à Klabin. Seguindo os encaminhamentos, O presidente do conselho, falou que a colônia vai entrar com uma ação civil contra a Klabin, sobre a esfera criminal que vai correr no Ministério Público, e administrativamente vai ter ação do ICMBio questionando a CPRH sobre a autuação; sobre o monitoramento, o envolvimento das universidades, do CEPENE, do IFPB que está sendo tratado e participação das empresas. A conselheira Darlane sugeriu como encaminhamento, que o conselho da RESEX envie documento à SEMAS/PE questionando sobre a viabilidade dos recursos disponíveis de compensação ambiental ou de outras fontes do estado para aplicação em projeto de monitoramento na RESEX. A servidora Marisol Pessanha, da RESEX, sugeriu que o Conselho fizesse essa consulta, pois apesar de ter aumentado o quadro de funcionários da RESEX, ainda não é suficiente para atender mais demandas como essa sugerida. Os conselheiros Darlane do MPA, Marcelo da Prefeitura de Goiana e Fabiano, do CEPENE se propuseram à ir à SEMAS para realizar essa consulta. Sem mais encaminhamentos, dando seguimento a Pauta, o presidente passa a palavra a conselheira Nadir, representante da comunidade de Acau, que trouxe novo assunto para discussão no conselho, relacionada à prisão de um



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

571 pescador em Acau, ocorrida no sábado anterior à reunião, que o mesmo estava na praia  
572 arrumando um barco lagosteiro, informou que os pescadores de Acau não gostam de  
573 Marisol e que a denuncia viria do conselho da RESEX e que Marisol havia ido à Acau e  
574 prendido o pescador, que a violência está grande em Acau, que **“estão matando um**  
575 **hoje e deixando outro amarrado pra matar amanhã”**, que os conselheiros estão com  
576 medo. Continuou dizendo que anos atrás o IBAMA colocou pressão e os pescadores  
577 reunidos, viraram um carro do IBAMA, por ocasião dessa prisão questionaram se queria  
578 que fizessem o mesmo com os carros do ICMBio, que Marisol está vindo aqui para  
579 acabar com pescador, e que Marisol não autua as empresas, somente o pescador. Que  
580 ela é o foco na comunidade de Acau. Que o pescador preso se chama Arlindo, que está  
581 constrangido e teve que pagar fiança de dois salários mínimos e o barco multado em R\$  
582 5.000,00 (cinco mil reais). Por este motivo estava trazendo para a reunião o fato, que o  
583 conselho da RESEX, o ICMBio estava levando a culpa da prisão do pescador, e a  
584 comunidade está com medo das ameaças dos pescadores. A servidora Marisol  
585 Pessanha, pediu a palavra e informou que a polícia federal foi quem fez a ação, época  
586 do defeso da lagosta e que isto saiu em nota na mídia. Continuou dizendo que um  
587 pescador não é preso por pintar seu barco na beira do mar, nem por ser proprietário de  
588 um barco lagosteiro, ele não contou que estava pescando lagosta e que certamente havia  
589 esse produto em seu barco, questionou qual foi o artigo pelo qual foi enquadrado e  
590 preso? Que é de amplo conhecimento que na pesca da lagosta muitos dos pescadores  
591 são considerados “bandidos”, que vão para a maré drogados, que mergulham com  
592 compressores de ar à 20, 30m de profundidade, porque a mesma foi fiscal do IBAMA  
593 por 15 anos e testemunhou várias operações de fiscalização da pesca da lagosta e pode  
594 constatar tais colocações. Expôs aos presentes o sentimento de dor e tristeza em  
595 testemunhar inúmeras vezes pescadores lagosteiros jogarem no mar os tubos de gás dos  
596 compressores, ao verem barcos de fiscalização do IBAMA se aproximarem das  
597 embarcações lagosteiras, enquanto outros pescadores morreram ou virem à superfície  
598 em convulsões por causa da má despressurização e falta de oxigênio. Complementou  
599 dizendo que muitas vezes inclusive levaram esses pescadores para atendimento em  
600 hospitais, alguns vieram à óbito e outros ficaram sequelados. Concluiu sua fala dizendo  
601 que quem faz isso com um companheiro, é “bandido”. Que eram esses os pescadores  
602 que não gostam dela, pois os pescadores que utilizam os petrechos legais para pesca, ela  
603 nunca autuou, nem na RESEX, que não teme a ação de pescadores ilegais lagosteiros  
604 contra sua pessoa. O conselheiro Antônio, da comunidade de Acau, pediu a palavra e  
605 iniciou dizendo que Marisol usou a expressão “bandido”, que é muito pesada, que desde  
606 os seus 14 anos pesca lagosta mergulhando com compressor em Tremembé, Icapuí,  
607 Marjolândia, Fortim e Aracati, mergulhou muito de compressor e não é bandido, nunca  
608 pegou uma arma para assaltar alguém, que criou seus filhos com a pesca da lagosta, que



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

tem uma filha formada morando na Austria, outra que formou-se na UFPB e que trabalha na AMBEV, e que criou seus filhos com a pesca ilegal da lagosta. Sabe que pescar com compressor é infração, tem consciência da ilegalidade, mas não tinha outro meio de manter sua família. Já foi abordado pelo IBAMA em Icapuí, em Natal e em Acau, teve seu compressor apreendido, mas comprou outro para manter sua família. Que pescador de lagosta é mal visto. A servidora Inês Serrano, da RESEX, informou que houve operações de fiscalização da pesca da lagosta no final de semana realizadas pela Polícia Federal de Pernambuco, que saiu notas na imprensa, onde foram apreendidos mais de 30 kg de lagosta, Que é preciso saber de onde e de quem partiu essa informação, antes de acusar. O presidente Luís Wagner, esclareceu que o pescador foi preso não por causa da pesca da lagosta, nem muito menos por Marisol Pessanha, perguntou a conselheira Nadir se o pescador preso era beneficiário da RESEX, e esta respondeu que não. Falou também que ele também é fiscal, já autuou grandes empreendedores e que vai autuar na RESEX se assim fizer necessário, e que a lei prevê a prisão e o fiscal deve autuar quando constata um crime ambiental para não cometer crime de prevaricação, de omissão, sejam pequenos ou grandes empreendedores, que os pescadores precisam ter um pouco de compreensão. O servidor Elivan Arantes, da RESEX, pediu a palavra e informou que semana passada esteve em reunião em Acau junto com mais quatro conselheiros da RESEX e questionou a quem interessava desmoralizar o trabalho da RESEX Acau Goiana? Um trabalho que vem sendo feito, vem evoluindo, que foi feito o acordo de gestão que garante o direito de uso da área pelos beneficiários e isto incomoda. A conselheira Nadir, disse que o ICMBio há tempos trabalha em Acau mas ninguém foca em Elivan. A servidora Marisol Pessanha voltou a dizer que vai voltar a Acau e que não teme ameaças, e que se detectar pesca ilegal vai autuar os pescadores que estiverem nessa atividade, vai cumprir seu papel de fiscal. O presidente Luís Wagner, disse que na reunião do projeto Orla, foi comentado sobre quantos pescadores até o momento haviam sido autuados pela RESEX, registrando que nenhum, mas caso sejam observados, serão autuados; continuou sua fala dizendo que é cobrado por André e Gilmarcos mas que vai começar a multar as malhadeiras que fecham as saídas dos rios de ponta a ponta, as casas construídas irregulares que jogam esgoto na RESEX é um outro exemplo. Afirmou que não podemos desgastar a RESEX, que tem garantido o território, o manguezal, evitando a destruição de APPs. Já trabalhou várias vezes com Marisol em ações de fiscalização e conhece sua conduta correta, e voltou o questionamento de Elivan, quanto à questão **“a quem interessa desmoralizar a RESEX?”** Quem pesca lagosta com compressor está assumindo um risco, sabe da ilegalidade. A conselheira Laurineide, da CPP, disse que houve duas apreensões de barcos lagosteiros que eram de pescadores do Pina e de Baía Formosa mas que ainda estão checando essa informação, comentou sobre o temor das



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

conselheiras de Acau, que estão apreensivas com a violência na região. A servidora Marisol Pessanha, da RESEX, pediu a palavra e falou que a polícia federal não pode prender ninguém, nenhum pescador que esteja pintando barco na praia, como dito pela conselheira Nadir, para ela parece história de telefone sem fio, fofoca, pois a Polícia esteve em Acau dias atrás para prender um assaltante que havia matado um policial em Ponta de Pedra e estava escondido por lá, que se trata de conversa plantada para intimidar a equipe da RESEX. O presidente do conselho e chefe da Resex, iniciou novo tópico da pauta, falou à respeito da travessia da balsa entre Acau e Carne de Vaca, que o assunto já havia sido relatado na leitura da ata, que **"estamos devendo reuniões assumo a culpa"**. Que foi formado grupo de trabalho com pescadores, prefeituras, ICMBio e foram feitas algumas reuniões em janeiro e inúmeras vezes foi explicado os motivos da paralisação da balsa, que foi uma decisão judicial por não ser uma atividade compatível com a RESEX. Nessas reuniões estão discutindo propostas alternativas que sejam adequadas aos objetivos de uma reserva e por este motivo, foi feito no final de janeiro um intercâmbio com pescadores da APA de Mamanguape, na Paraíba, que tem um trabalho com caicos para fazer passeios e travessias com turistas, que entre outras discussões observou-se a necessidade de adaptar embarcação tipo jangada, com coberta, com capacidade maior de passageiros, que possa em alguns casos transportar motos, mas nos abstermos da discussão de catamarãs, barcos maiores ou outros modelos de balsa que fossem menores, para 5 ou 6 veículos. Que foi enfatizado que alguns se afastaram dessas discussões, mas a balsa que está parada em Cabedelo ela não vai retornar. Que tem uma proposta de fazer a travessia do Rio Goiana até a foz em barcos pequenos para avaliar, testar essas embarcações, também há outra travessia em Nova Cruz/PE, que pretendemos conhecer de que forma está sendo feita, porque este é um primeiro passo. Outros pontos são fontes de financiamento, modelo de gestão da atividade com base comunitária, que precisam ser melhor discutidos. A Sra. Maira Egito, mestrande da UFPE, questionou se a volta da balsa foi uma demanda da comunidade. O chefe da RESEX, informou que não, que foi uma demanda das prefeituras de Pitimbu e Goiana, mas não partiu dos comunitários. Que o clamor é bem maior por parte da prefeitura de Pitimbu, do que de Goiana, falou de alguns pontos negativos dessa atividade, como os impactos ambientais que uma balsa grande pode gerar nos ecossistemas, para transportar carros, das dificuldades de licenciar uma atividade como essa. O conselheiro Marcelo, comentou que a atividade da balsa deve ser uma atividade de base comunitária, que gere lucro, renda para os comunitários. O servidor Elivan Arantes, da RESEX, disse que em Acau existem duas pessoas que fazem a travessia de passageiros, uma delas o Sr. Eraldo, mas que ainda não fez as adaptações como coberta, coletes salva vidas, etc, ele tem curso pela capitânia e tem um outro morador que tem uma lanchinha e que tem um placa na casa dele que se faz





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

685 passeios no estuário, que isso é uma ação que parece crescer. Precisamos ordenar,  
686 capacitar, buscar alternativas para incrementar a atividade nas comunidades de Acau e  
687 Carne de Vaca que é isso o que se está buscando com o grupo de trabalho. O  
688 conselheiro Marcelo, da secretaria de meio ambiente, agricultura e pesca, pontuou que o  
689 grupo de trabalho sobre a balsa tem que ter uma posição do conselho a favor ou contra  
690 essa atividade. A conselheira Verônica, da SUDEMA, comentou que a balsa para  
691 transporte de pessoas, ou não, tem sido assunto em Pitimbu, que a antiga balsa tinha  
692 licença provisória para operar, mas que operava como permanente, que precisa anuência  
693 do DNIT, ANTAC, SPU, Marinha, é necessário ponderar todos os aspectos inclusive  
694 burocráticos, que não é tão fácil regularizar a atividade. Ter consciência do trabalho  
695 antes do conselho decidir se vai ou não apoiar a implantação da travessia da balsa. O  
696 conselheiro Jorge, do COBH, disse que na reunião passada havia informado que tinha  
697 ido à Marinha e que estão dispostos a dar cursos, capacitar pescadores, legalizar  
698 embarcações, para ele a balsa é inviável para a comunidade, no modelo como foi  
699 apresentado se não houver subsídios das duas prefeituras, acha o transporte de caico  
700 mais viável para o turismo de base comunitária. O Sr. Severino, da CPP, falou que na  
701 reunião passada o grupo de trabalho comentou várias iniciativas, mas não trouxeram  
702 nada de concreto, para discutir no conselho. O conselheiro Fabiano, do CEPENE, disse  
703 que em Rio Formoso, na mata sul, existe uma associação de barqueiros que no verão  
704 tem alto fluxo de passeios, de turistas, que seria interessante o Grupo de Trabalho da  
705 balsa fazer uma visita ao local, à associação para conhecer o modus operandi da  
706 atividade. O servidor Elivan Arantes, da RESEX, apresentou proposta de  
707 encaminhamento desse assunto para que o conselho desse um prazo para o Grupo de  
708 Trabalho da balsa concluir seus trabalhos. O conselheiro Tarciso Quinamo, da  
709 FUNDAJ, disse que na reunião passada já havia falado que esse GT da balsa não foi  
710 criado pelo conselho e existe um GT do plano de manejo que passou longe e tem tudo a  
711 ver com a balsa, precisamos trabalhar de forma mais integrada, como na discussão sobre  
712 as caiçaras, queria propor uma reunião extraordinária do GT do plano de manejo junto  
713 com o GT da balsa, que precisamos priorizar o plano de manejo, que foram marcadas  
714 reuniões em janeiro e março que não aconteceram, e não foi colocado na pauta dessa  
715 reunião como prioritário. Luis Wagner, chefe da RESEX, disse que a maioria das  
716 RESEX não tem plano de manejo, e que precisamos avançar mesmo sem esse  
717 instrumento, para não travar uma série de demandas que já foram pontuadas, que a  
718 discussão sobre a balsa, o zoneamento, os programas da análise dos cenários, serão  
719 abordados também no plano de manejo. A proposta de encaminhamento é que o GT da  
720 balsa apresente na próxima reunião do conselho as alternativas de forma clara e  
721 objetiva. Seguindo a pauta, o presidente informou quanto ao plano de manejo, que  
722 foram retomadas conversas com o CPRH, que o recurso está disponível, e que estão



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

723 aguardando o aval do ICMBio para lançar o edital, que precisamos no edital definir  
724 perfil técnico da equipe. Que foi enviado para Brasília para a coordenação de planos de  
725 manejo, e estamos no aguardo das considerações. Que é preciso agendar uma data para  
726 a reunião e dar seguimento às etapas da metodologia prevista para ser aplicada na  
727 implementação do plano de manejo. Que o edital será novamente repassado para os  
728 membros do GT do plano de manejo. O servidor Elivan Arantes, da RESEX, passou  
729 informe relativo à Associação Mãe, que é importante que haja a regularização jurídica o  
730 quanto antes, como a relação de beneficiários que vai para o INCRA, mas que deve ser  
731 feito pela associação e não pela RESEX, ou pelo conselho, que a regularização da  
732 associação mãe deve ser informada oficialmente ao ICMBio. Outro informe que não  
733 estava na pauta da reunião do conselho, muitos não estavam recebendo bolsa verde,  
734 como muitos sabem essa segunda etapa do programa foi gerenciada por uma empresa  
735 contratada pelo MMA, que essa empresa pegou vários termos assinados e deixou com  
736 os comunitários muitos termos para assinatura, que ligou para o MMA e foi informado  
737 que a PROVER, empresa contratada, enviou apenas 54 formulários preenchidos e  
738 assinados. Dos novos termos que assinaram, poucos estão recebendo. Sugeriram pedir o  
739 nome e o NIS aos comunitários para enviar ao MMA. Edjane, da comunidade de São  
740 Lourenço, falou das cobranças dos comunitários, assim como Geruza, de Carne de  
741 Vaca, que pediu que quando vierem os novos termos que não venham pelas empresas  
742 terceirizadas, e sim que seja feito com os comunitários e a equipe da RESEX.  
743 Continuando os informes, na andada do caranguejo, foi feita uma ação integrada de  
744 comunicação com a APA de Santa Cruz junto aos pescadores em toda a área da  
745 RESEX, e ação de fiscalização em conjunto com o IBAMA também foram abordados  
746 pescadores com ostra, que eram de Itapissuma e não eram beneficiários, tiveram seus  
747 produtos apreendidos. Luís Wagner, chefe da RESEX, informou que quando o acordo  
748 de gestão for publicado no Diário Oficial, vamos passar em todas as comunidades para  
749 explicar o uso dos recursos, e fazer a fiscalização. Tivemos corte de recursos para  
750 fiscalização esse ano, mas vamos fazer uma rodada em cada uma das comunidades. A  
751 conselheira Edjane, da comunidade de São Lourenço, sugeriu usar um número de  
752 telefone nas comunidades para denúncias dos comunitários, para tirar o peso e a pressão  
753 sobre os conselheiros. O chefe da RESEX falou ainda da Relação beneficiários do  
754 INCRA que vai repassar à este para que eles incluam os beneficiários da RESEX em  
755 seus cadastros e estes possam receber benefícios do governo federal, para comprar  
756 barcos, motores, petrechos, entre outros. O cadastro da RESEX, apontou 1440 famílias  
757 de beneficiários. Em cima de cadastro anterior do INCRA, foram realizados filtros para  
758 checar os não beneficiários, e então repassar nas comunidades para ratificar, incluir, ou  
759 excluir fazendo a validação. O presidente do conselho Luís Wagner, deu por encerrada a  
760 reunião, propondo fazer reuniões do conselho mais curtas, prometendo um esforço para



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.102-202

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA**  
**RESEX ACAU-GOIANA**

761 cumprir horário, e que como teve um adiamento no mês anterior, a data de 17 de junho  
762 deve ser alterada. Que será enviada nova data por e-mail aos participantes, aproveitando  
763 a oportunidade para agradecer a atenção e participação de todos, dando por encerrada a  
764 Reunião.